

JNT-FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1



**EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA À INCLUSÃO: UMA ANÁLISE
SISTEMÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DO
DESENVOLVIMENTO MOTOR**

**PHYSICAL EDUCATION ADAPTED TO INCLUSION: A
SYSTEMATIC ANALYSIS OF INCLUSIVE EDUCATION AND
MOTOR DEVELOPMENT**

Marcos Vinícius Souza LIMA
Instituição de Ensino Dom Alberto
E-mail: marcospersonal1991@hotmail.com

Ana Chrystinne Souza LIMA
Faculdade Católica Dom Orione
E-mail: ana.souzalima@outlook.com

Uallace Carlos Leal SANTOS
Universidade Federal do Tocantins UFT
E-mail: lealuallace@gmail.com

Aurélia Matos BRITO
Universidade Federal do Tocantins UFT
E-mail: aureliamatos@hotmail.com



RESUMO

O presente trabalho faz parte de um estudo mais amplo no que tange ao desenvolvimento motor por meio da Educação Física, no entanto, temos por finalidade de analisar o desenvolvimento motor correlacionando-o com a Educação Física Adaptada a Inclusão, fazendo para tanto uma análise do desenvolvimento motor e da Educação Inclusiva, pois, é importante que se faça tais análises, uma vez que a educação inclusiva é direito fundamental inerente a todos os brasileiros sejam natos ou naturalizados e a Educação Física Adaptada à Inclusão pode ser ou não uma forma de auxílio para o desenvolvimento motor. Portanto, o desenvolvimento deste trabalho é importante para a compreensão das necessidades educacionais e para entendermos a contribuição da Educação Física no que se diz respeito à inclusão. Para este trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Educação Física. Inclusão. Desenvolvimento motor.

ABSTRACT

The present work is part of a broader study in terms of motor development through Physical Education, however, we aim to analyze motor development by correlating it with Physical Education Adapted, making an analysis of motor development and Inclusive Education, it is important to carry out such analyzes, since inclusive education is a fundamental right inherent to all Brazilians, whether natural or naturalized, and to Physical Education Adapted to Inclusion may or may not be a form of aid for the motor. Therefore, the development of this work is important for the understanding of educational needs and for understanding the contribution of Physical Education with regard to inclusion. For this work, bibliographic and documentary research was used, with a qualitative approach.

Keywords: Physical Education. Inclusion. Motor development.

INTRODUÇÃO

A vida escolar tem início na educação infantil. É o momento em que a criança começa a apresentar inúmeros conhecimentos por meio de atividades prazerosas que conduzem ao desenvolvimento motor, da socialização, da percepção do próprio corpo, das diferenças do convívio de pessoas e do meio onde habitam. Muito antes de entrar na escola a criança tem muitas experiências e atitudes, que deverão ser aprimoradas mediante o convívio e interação com os colegas e professores. Desta forma Basei (2008) complementa expressando que a educação física escolar na educação infantil tem papel primordial na

verossimilhança de possibilitar a experimentação por meio de ocasiões que propiciem a criação de fazer e descobrir novos movimentos.

A criança ouve histórias, observa os pais, escrevem, observa o jornal, vê televisão, ouve música, identifica rótulos, vê propagandas, dança etc., e que através dessas situações, a criança vai montando suas hipóteses, criando gestos e movimentos de expressão corporal.

O aspecto físico abrange principalmente as habilidades motoras que a criança necessita desenvolver para que se adapte aos primeiros anos do ensino fundamental. Esta é uma necessidade que ela de testar sua aptabilidade, resultando em um domínio maior sobre o corpo, já que se tornam mais fortes e ágeis. Ao entrar na escola a criança traz consigo variedades de atitudes e aprendizagem que irão ser aprimorados conforme ao convívio e interação com a comunidade escolar. Ao brincar estão sujeitas a experimentar e estabelecer, de alguma maneira contato social, e este está associado ao desenvolvimento físico e cognitivo da criança.

O aspecto físico compreende habilidades motoras que a criança necessita desenvolver com o intuito de adaptar-se nos primeiros anos do ensino fundamental. Isso porque se faz necessário que se teste tais habilidades, para que tornem mais fortes e ágeis, dessa maneira passando a ter um domínio maior sobre o corpo. Neste contexto faz-se necessário um estudo sobre alguns métodos que possam avaliar o desempenho motor de crianças. Dentro desses métodos

Direcionamos nossos estudos sobre a bateria de testes Test of Gross Motor Development-2 (TGMD-2) de Ulrich (2000). De acordo com Ulrich (2000) o teste foi desenvolvido para avaliar as habilidades motoras fundamentais de crianças de três a dez anos. Desta forma, na atualidade percebe-se que o TGMD-2 tem sido utilizado para identificar crianças que estão atrás de seus pares em desenvolvimento bruto da habilidade motora, bem como avaliar individualmente o progresso motor da habilidade motora, desempenhar função de mensuração de análises submergindo o desenvolvimento motor.

Este trabalho tem por objetivo analisar a Educação Inclusiva e Desenvolvimento Motor, no âmbito a Educação Física Adaptada à Inclusão, pois partiremos do pressuposto de que os avanços que envolvem a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais permeiam por todas as disciplinas ofertadas na educação básica brasileira, no entanto, faremos um recorte para a análise apenas da Educação Física.

METODOLOGIA

Para este estudo utilizaremos da pesquisa bibliográfica e documental, pois de acordo com Gil (2002, p. 44) “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Portanto,

alguns artigos científicos foram selecionados para que fosse possível a realização da presente pesquisa.

De acordo com Martinelli (1999, p. 115):

A pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar (MARTINELLI, 1999, p. 115).

Ainda segundo Gil (2002, p. 41) a pesquisa documental e documental tem por objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2002, p.41).

Segundo Pádua (1997, p. 62):

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1997, p. 62).

Portanto, buscou-se da pesquisa bibliográfica e documental, por ser o caminho mais adequado na busca pelo alcance dos objetivos ora propostos e conseqüentemente a hipótese, justificativa no tocante à Educação Inclusiva e a Educação Física Adaptada a Inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Por se a Educação considerada um Direito Fundamental, o ordenamento jurídico brasileiro prevê tanto em leis infraconstitucionais como também ratificou os Tratados Internacionais, dos quais o Brasil é signatário, além de ser considerado como direito de Ordem Social pela Constituição Federal de 1988, pois tal direito é previsto no artigo 205 que estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 56).

Assim, para o Estado Federativo, a educação tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, para que se possa tanto exercer a cidadania, como ter uma qualificação para o trabalho, além de a educação ser tida como um dever do Estado para a sua promoção e a participação da sociedade, o incentivo.

No entanto, dispõe o artigo 208 da Constituição Federal, Seção I, sobre a educação especial, no que se refere ao atendimento especializado àquele aluno matriculado em rede

regular de ensino, sendo para tanto, dever do Estado a sua garantia, diz o art. 208, III, da CF: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no seu art. 59, IV, trata da educação especial, reforçando o direito fundamental à educação promovido pelo Estado em parceria com outros entes (estados, municípios) com o objetivo de inserção na vida em sociedade, capacitação para o trabalho e para a vida civil. Assim dispõe o art. 59, IV da LDB:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) [...].

[...]

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora [...].

Portanto, como já mencionado ao aluno que possui uma necessidade educacional especializada, terá assegurada uma educação especial voltada para a inserção na sociedade e no mercado de trabalho. Assim, é necessário normalizar, pois:

Em educação, normalizar significa oferecer, ao aluno com necessidades especiais, os mesmos recursos profissionais e institucionais que qualquer criança dita “normal” sempre teve, permitindo o seu desenvolvimento como estudante, pessoa e cidadã (NOGUEIRA 2009, p. 88).

Desse modo, a escola deverá que se adaptar para receber o aluno com necessidades educacionais especiais, para que logre êxito na inclusão e na aquisição de conhecimento, sem prejuízo em relação aos demais alunos. Terá a escola que observar as ações de inclusão, uma vez que:

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que pode retornar a escola em algum momento (MITTLER, 2003, p. 236).

Ainda segundo Mittler (2003):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reformas e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar

que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isso inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos nas escolas ou nas salas de aulas, as práticas pedagógicas bem como, as oportunidades de esportes, lazer e recreação (MITTLER, 2003, p. 25).

Nesse sentido é que para que haja hoje uma educação inclusiva é necessário que seja uma educação para todos, sem discriminação, segregação, sem rótulos, a escola de educação regular precisa da aplicação de métodos e metodologias que se enquadre nas especificidades educacionais que cada aluno necessita, para que o ensino seja assim, de qualidade. De acordo Mitller (2003), a Declaração de Salamanca, documento editado em Salamanca, Espanha, em Conferência realizada pela UNESCO em 1994, discutiu-se sobre Necessidades Educativas Especiais, no que tange ao acesso e na qualidade, este documento foi assinado por 92 países. “[...] A Declaração de Salamanca estabelece que: Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 33).

Dado o todo exposto sobre educação inclusiva, pode-se perceber que a educação tem um papel fundamental para a vida das pessoas, por ser meio de aquisição de conhecimento, com também é um instrumento de socialização, inserção na comunidade, ampliação de capacidades civis, e, constituição de um cidadão. E, que a educação tem que ser promovida de forma universal, sendo que para aqueles que possuem alguma necessidade educacional, deve ser pensado em uma metodologia específica para que este aluno não tenha prejuízos educacionais e nem de inserção na sociedade.

110

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

A Educação Física Adaptada faz parte de uma área da Educação Física, o qual objetiva-se na ideia de inclusão daqueles que possuem alguma limitação física, motora, pois estas pessoas muitas vezes são excluídas das atividades por conta de sua condição, assim, a Educação Física Adaptada a Inclusão faz o papel oposto, incluindo aquele que por vezes é segregado, utilizando-se de materiais, jogos, atividades esportivas com exercícios. Nesse sentido Duarte e Werner (1995), apud Cidade e Freitas (2002, p. 27):

A Educação Física Adaptada é uma área da educação física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educacionais especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada aluno com deficiência, respeitando suas diferenças individuais. (DUARTE E WERNER, 1995, apud CIDADE E FREITAS, 2002, p. 27).

No entanto diz Martins (1995), *apud* Filus e Martins Junior (2004, p.79), a “Educação Física Adaptada é um campo emergente da educação física, onde o professor deve ser paciente, observador e criativo”. Assim, nota-se que para o autor, o professor de Educação Física é de suma importância, pois, cabe a ele planejar de forma mais direcionada ao aluno com alguma necessidade, ou mesmo com o desenvolvimento motor comprometido.

De acordo com Pedrinelli (1994) *apud* Costa e Sousa (2004, p. 29):

A Educação Física Adaptada surgiu na década de 1950 e foi definida pela American Association, como um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos a interesses, capacidades e limitações de estudantes com deficiência que não podem se engajar com participação irrestrita, segura e bem-sucedida em atividades vigorosas de um programa de Educação Física Geral (PEDRINELLI, 1994 *apud* COSTA E SOUSA, 2004, p. 29).

Portanto, após 1950, a Educação Física Adaptada surge para assegurar aos alunos que os métodos e metodologias de ensino deverão ser com a junção de várias atividades as quais serão responsáveis por incluir o aluno, auxiliar na estimulação motora e com isso, proporcionará um maior desenvolvimento. Cidade e Freitas (2002, p. 30) dizem que: “Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de inclusão, porque o professor sabe e pode combinar inúmeros procedimentos para remover as barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos”,

Destarte, não existe uma fórmula perfeita para a implementação da Educação Física Adaptada a Inclusão, assim, caberá ao professor fazer uma análise a partir de sua percepção em relação aos seus alunos e planejar a melhor maneira de incluir àquele que possui alguma limitação motora, sensorial, ou qualquer outra condição, para que este aluno seja incluído no sistema regular educacional de ensino sem perdas por motivos de sua condição.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO MOTOR DAS CRIANÇAS

Sabemos que as habilidades motoras fazem parte do ser humano desde a sua concepção. A criança ao nascer começa realizar movimentos motores puramente involuntários, essa aquisição motora é um processo dinâmico e complexo, classificadas de acordo Gallahue & Ozmun (2005).

Para muitos a educação física escolar é vista como uma mera atividade recreativa. Adotar atividade física como parte fundamental do currículo escolar cria um vínculo da

criança com o esporte e outras atividades, proporcionando-lhes um conhecimento sobre o corpo e uma melhora motora significativa. A prática do movimento nas séries iniciais é uma passagem para que a criança assemelhe melhor suas competências e seja capaz de integrar a outras colocações dentro e fora da escola (ETCHEPARE, 2003; PEREIRA, 2003; ZINN, 2003).

Nesta proposta faz-se necessário a Educação Física no contexto escolar, pois a criança necessita das atividades físicas para desenvolver suas habilidades motoras, cognitivas e afetivas. Desta forma Gallahue & Donnelly (2008) afirmam que se deve considerar o timing de cada criança, embora o desenvolvimento esteja ligado à idade, não depende dela.

Partindo desse pensamento, quando se trabalha Educação Física escolar deve-se respeitar o limite de cada criança analisá-los individualmente, haja vista que o processo de crescimento e aprendizagem ocorre de forma individual e/ou particular, tendo em vista as atividades motoras, cognitivas e afetivas fazendo com que a criança seja capaz de realizar qualquer atividade proposta nas aulas de Educação Física e em seu cotidiano.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):

A Educação Física Escolar é a prática pedagógica de atividade expressivas corporais que se utiliza do movimento humano para desenvolver seus conteúdos conhecimento sobre o corpo atividades rítmicas e expressivas jogos esportes lutas ginásticas e danças, todos esses aspectos ressumem-se no que chamamos de cultura corporal afim do desenvolvimento humano global (BRASIL, 1997, s/p).

112

Neste sentido, as aulas de Educação Física têm por finalidade compreender conceitos, formas de proceder, expondo as habilidades e dificuldades dos alunos dispondo dos esportes das modalidades coletivos e individuais.

Isso irá estimular os alunos a cada vez participar das aulas de Educação Física, segundo Darido & Souza Junior (2007 p. 18), “para facilitar à adesão dos alunos as práticas corporais é importante diversificar as vivências experimentadas nas aulas para além dos esportes tradicionais (futebol, voleibol ou basquetebol)”.

Nesse contexto a educação física escolar deve proporcionar aulas variáveis para estimular o desenvolvimento e aprendizado das habilidades motoras fundamentais e específicas, que segundo MAGILL (2000), a variabilidade de práticas de movimentos tem papel importante nos desempenhos futuros bem-sucedidos.

Vale mencionar que devemos considerar o desenvolvimento de forma individual de cada criança levando em conta sua faixa etária, visto que não há uma provocação/estímulo para a prática corporal ficando inertes por mais tempo do que se deve, “[...] os problemas

arrolados posteriormente não passam despercebidos, fazem-se necessária, cada vez mais, uma cultura de movimento em que se valorizem práticas corporais interdisciplinares” (MATTHIESEN, 2002, p. 11).

Por meio dos conteúdos e eixos que norteiam a Educação Física escolar é uma ferramenta importante contribuindo em todos os aspectos para desenvolvimento humano. Isso faz necessário que esteja inserida no currículo escolar, possibilitando o ser humano descobrir e vivenciar de forma dinâmica e prazerosa.

Portanto a educação física escolar deve proporcionar atividades dinâmicas e lúdicas com papel de aprimorar os movimentos motores, com uma variabilidade de experiências práticas. De acordo com Maggil (2000) afirma que a variabilidade das práticas se faz necessária para aumentar a capacidade de desempenhar habilidades em testes futuros, visto que com a prática o indivíduo adquiriu uma maior capacidade de desempenhar a habilidade quando for solicitada e aprendeu a adaptar-se a futuros testes.

Por meio de sua metodologia lúdica, Educação Física, é uma ferramenta importante para desenvolver as habilidades motoras de crianças de 6 a 10 anos, sendo que nesta faixa etária elas apresentam grande curiosidade de conhecer ainda mais o mundo que a cerca, e a partir dessa busca pelo o novo começa a estruturar-se corporalmente de forma consciente.

Fases Fundamentais das Habilidades Motoras

Gallahue & Ozmun (2005) classificam habilidades motoras em: reflexivo, rudimentar, fundamental e especializado, discutindo-as detalhadamente/individualmente.

a) Fase Motora Reflexiva

São os primeiros movimentos que o feto faz, involuntários, controlados subcorticalmente, que formam a base para as fases do desenvolvimento motor. A partir da atividade reflexa, o bebê obtém informações sobre o ambiente imediato (GALLAHUE & OZMUN, 2005, p. 57).

b) Fase de Movimentos Rudimentares

Os primeiros movimentos voluntários da criança acontecem partir da maturação biológica, ocorrendo aproximadamente até a idade de 2 (dois) anos. São movimentos básicos importantes para a sobrevivência que envolve habilidades locomotoras, estabilizadoras e manipulativas (GALLAHUE & OZMUN, 2005, p. 58).

Fase de Movimentos Fundamentais

Esta fase do desenvolvimento motor representa um período no qual as crianças estão ativamente envolvidas no ambiente e na experimentação das capacidades motoras, obedecendo a estímulos (GALLAHUE & OZMUN, 2005, pp. 60-61).

Em sua fase inicial observa-se em crianças de 2 anos, caracterizado pelas primeiras tentativas de movimentos crus e desordenados. Onde a criança pode ensaiar fazer arremessos, pegar, chutar ou pular, porém os movimentos são grosseiramente exagerados ou inibidos. Porém algumas crianças podem apresentar níveis além desses desempenhos, mas a maioria se encontra no estágio inicial (GALLAHUE & OZMUN, 2005, p. 60).

No estado elementar entre 3 a 4 anos, a criança apresenta um maior controle em sua coordenação rítmica dos movimentos fundamentais. Através da maturação aprimora-se a sincronização dos elementos temporais e espaciais do movimento, embora ainda sejam restritos e exagerados (GALLAHUE & OZMUN, 2005, p. 61).

Em seu estágio maduro, de 5 a 6 anos, o movimento se caracteriza por um padrão de movimento bem coordenado e mecanicamente eficiente. Por exemplo, a criança é capaz de correr mais rápido, saltar mais alto e arremessar mais longe (GALLAHUE & OZMUN, 2005, p. 61).

Estágio especializado constitui-se da combinação de várias habilidades fundamentais, o movimento se torna essencial para a execução de atividades mais complexas, divididas em três estágios: 1- transitório 7 ou 8 anos (período de combinação e aplicabilidade das habilidades motoras fundamentais, com forma, precisão e controle maiores). 2- Aplicação 11 aos 13 anos (Período de sofisticação cognitiva, o indivíduo é capaz de tomar decisões de aprendizado). 3- Utilização permanente por volta dos 14 anos (auge do desenvolvimento) (GALLAHUE & OZMUN, 2005, p. 61).

114

Desenvolvimento Motor e Fases de Ensino

O corpo humano está em um constante processo de amadurecimento, aprendizado motor e desenvolvimento motor, tem na infância a principal fase de desenvolvimento das habilidades motoras rudimentares e específicas.

A sequência de desenvolvimento é igual para todas as crianças, mais a velocidade está relacionada à maturação biológica de cada criança que está ligado à experiência vivida por cada indivíduo cada criança tem seu próprio limite (Gallahue & Ozmun, 2005)

O ser humano, estando em contato com o mundo necessita estar captando e lidar com as motivações que fazem parte do seu ambiente e ainda há uma transição daquilo que é feito mentalmente para a ação de fato. A maneira pela qual capta e interpreta esses

estímulos e a maneira pela qual os transforma e os utiliza em suas ações vão ser variados, em diferentes faixas etárias.

Conforme com Gallahue & Ozmun (2005) o desenvolvimento motor consiste em uma série de mudanças que ocorrem ao longo da de vida em termos do deslocamento de partes do corpo ou de todo o corpo no espaço. Assim, o movimento é parte integrante do elemento da comunicação e com a interação interpessoal, além do ambiente que nos cerca, se torna central para a aquisição de sapiência de si e da natureza. Ensin Silveira (2010) a aprendizagem do movimento consiste na possibilidade de aprender o movimento, aumentar seu repertório, melhorar a sua qualidade, bem como na possibilidade de vislumbrar o como aprendê-lo.

Portanto, o processo de aquisição das habilidades motoras que ocorrem no lapso temporal é fruto não apenas das disposições que o indivíduo tem para a ação, mas também dos aspectos físicos e socioculturais. Gallahue & Donnelly (2008) completa essa ideia dizendo que há três fatores que influenciam diretamente no processo de aquisição das habilidades, sendo os recursos, equipamentos e tempo em que as crianças praticam suas habilidades motoras. Tais fatores relacionam com a oportunidade de se praticar e assim adquirir essas habilidades. A falta desses recursos dificulta as aquisições dessas habilidades motoras, devido falta de equipamento apropriado essas habilidades.

Ao longo curso do desenvolvimento, a urgência do andar marca o início da interação da criança com o meio, apresentando liberdade a ele na procura dos objetos, indivíduos, com os quais interage. Assim, para que se tenha a devida exploração desses objetos que o rodeia, conseqüentemente serão adquiridas habilidades e estas passarão a fazer parte do repertório motor, permitindo o manejo dos objetos para variados fins, como dos talheres, da tesoura, do lápis, da bola.

O desenvolvimento motor segundo (RODRIGUES, 1997, p. 17) consiste em seu conhecimento e nas suas capacidades física social e individual de acordo com cada idade. A criança nos seus primeiros anos de vida explora o mundo com olhar as mãos e gestos desenvolvendo suas habilidades motoras.

Estamos sempre em contato com o mundo assim sujeito a mudanças, aprendemos e se desenvolvemos constantemente, sejam mudanças externas como internas, pois estamos inseridos em um processo contínuo de aprendizagem. As crianças estão sempre sujeita a aprender em seu cotidiano, que assim por sua vez iram lhe causar novos desafios.

Ensin Gallahue & Donnelly (2008, p. 80) que o “[...] estímulo [...] tem potencial para influenciar o nível de desenvolvimento”. Dessa forma, vemos que na Educação Física escola pode-se e deve-se trabalhar com a estimulação essencial, permitindo que os alunos aprendam muito mais que alguns conhecimentos ou o melhor desempenho de seus

movimentos; deve-se explorá-los e enriquecê-los com conteúdos que sejam úteis na sua vida diária e na relação com outras pessoas.

Quando falamos em educação física escolar falamos de desenvolvimento motor no qual busca ampliar e melhorar todas as funções motoras onde se deve respeitar e conhecer cada etapa em que as crianças estão se desenvolvendo. De acordo com Gallahue & Donnelly (2008, p. 395) “o repertório de movimento das crianças é expandido conforme elas adquirem habilidades motoras e aprendem como modificá-las e variá-las utilizando conceitos de movimento”.

O desenvolvimento motor em cada momento da vida da criança é contínuo e modificado conforme o meio em que a criança está inserida e por esta razão as aulas de Educação Física escolar são fundamentais para o desenvolvimento motor.

Avaliação de Desenvolvimento Motor Através do Teste TGMD-2

O protocolo de avaliação de desempenho motor, nomeado originalmente como “*Test of Gross Motor Development Second Edit*” (TGMD-2), e desenvolvido por Dale A. Ulrich (2000). É um teste padronizado que mede habilidades motoras brutas que se desenvolvem cedo na vida. Segundo Valentini et al. (2008), o procedimento do teste TGMD-2 é destinado a avaliar as habilidades motoras fundamentais de crianças de três a dez anos, que tem sido frequentemente utilizado em crianças escolares, em sua tese original criada em 1985 (TGMD), com uma amostra de 909 crianças, versão original modificada em 2000 envolvendo uma amostra de 1208 crianças de 10 estados norte-americanos.

O teste consiste em avaliar crianças com dificuldades motoras, assim como em educação física adaptada. As principais preocupações do TGMD-2 de acordo com Valentini apud Ulrich (2008) são: (1) Diagnosticar as crianças que estão relativamente com atraso em relação de seus pares em desenvolvimento habilidade motora bruta, (2) planejar um programa de instrução no desenvolvimento das habilidade fundamentais brutas, (3) avaliar o progresso individual no desenvolvimento bruta habilidade motora, (4) avaliar o sucesso de um programa motor grosso e (5) servir como um instrumento de mensuração em pesquisas relacionadas com o desenvolvimento motor bruto.

O TGMD-2 avalia doze habilidades motoras fundamentais, divididas em escalas de movimento: locomoção e manipulação. São avaliadas seis habilidades motoras de locomoção (Correr, Galopar, Saltitar, Saltar Obstáculo, Saltar Horizontal e Deslizar) são avaliadas seis habilidades motoras de manipulação de objetos (Rebater, Quicar, Receber, Chutar, Arremessar, Rolar). Dentre essas habilidades são avaliados alguns itens de critérios de realização, transformando-se na soma dos itens, e depois na soma do escore de cada

habilidade tornando-se o resultado bruto do subteste locomotor e manipulativo, Ulrich (2000).

O TGMD-2 segundo Valentini et al (2008), não permite que seja avaliado separadamente cada habilidade motora, visto que todas se relacionam integralmente em um protocolo estatístico que válida o teste. O teste no Brasil foi validado por Valentini e Colaboradores (VALENTINI ET AL., 2008) em uma população gaúcha, utilizando uma tradução para o português.

CONCLUSÃO

Partindo da indagação ao qual este estudo se destinou, e por todo o exposto conclui-se que a Educação Física Adaptada a Inclusão pode ser considerada disciplina fundamental, com a utilização de materiais e métodos que serão necessários para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais sem prejuízo no seu aprendizado.

A Educação Inclusiva é uma educação voltada para todos os cidadãos brasileiros que necessitem de atenção maior ao buscar o ensino regular para a sua escolarização, alfabetização e capacitação profissional. Sabe-se que após a percepção da importância de tornar o ensino universal e igualitário, e, sabendo que na prática nenhum aluno é igual ao outro, e ainda mais se este aluno vier a possuir alguma necessidade educacional especial.

Se formos analisar o contexto histórico sobre necessidade especial, notaremos que todo aquele indivíduo que possuía alguma condição especial, era marginalizado, escondido da sociedade e muitas vezes nem frequentava a escola, como passar dos tempos, esse cenário foi sendo modificado e a Educação Especial tomou força em todas as áreas do ensino.

Nesse sentido, com a Educação Física não foi diferente pois como já mencionado, a Educação Física Adaptada a Inclusão é uma subárea da Educação Física e ela visa à inclusão dos alunos que possuem alguma necessidade educacional. Portanto, a avaliação motora serve para em avaliar crianças com dificuldades motoras, assim como em educação física adaptada. Pois o procedimento do teste TGMD-2 é destinado a avaliar as habilidades motoras fundamentais de crianças de três a dez anos, que tem sido frequentemente utilizado em crianças escolares.

Assim, concluímos que o desenvolvimento motor em cada momento da vida da criança é contínuo e modificado conforme o meio em que a criança está inserida e por esta razão as aulas de Educação Física escolar são fundamentais para o desenvolvimento motor.

REFERÊNCIAS

BRAGA, R. K. et al. **A influência de um programa de intervenção motora no desempenho das habilidades locomotoras de crianças com idade entre 6 e 7 anos.** Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 20, n. 2, p. 171-181, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 05-10-1988.** Brasília, DF: MEC, 1988.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN's Educação Física/ Secretaria de Educação fundamental.** Brasília. MEC/SEF.1997. p. 15-68.

BRAUNER, L. M.; VALENTINI, N. C. **Análise do desempenho motor de crianças participantes de um programa de atividades físicas.** Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 20, n. 2, p. 205-216, 2009.

CIDADE, R, E, FREITAS, P, S. **Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola.** Revista Integração. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ano 14. Edição especial 2002 pg.26 – 30.

COSTA, Alberto Martins; SOUSA, Sônia Bertoni. **Educação física e esporte adaptado: historia, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e Perspectivas para o século XXI.** In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 7-160, maio 2004. (Temática Educação Física Adaptada). p. 27-42.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ETCHEPARE, Luciane Sanchotene; PEREIRA, Érico Felden; ZINN, João Luis. **Educação Física nas séries Iniciais do Ensino Fundamental.** In: *Revista da Educação/UEM*, Vol.14, n.1, Maringá, 2003.

FILUS, J. F, e MARTINS, J. **Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência.** Curso de mestrado em educação, Maringá, V.15, p. 79-82, Ano 2004.

GALLAHUE, David L; DONNELLY, Frances Cleland. **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças.** 1ª ed. São Paulo. Editora Phorte, 2008. Cap 2 ao 3, p.24-77.

GALLAHUE, David L; OZMUN, John C. **Compreendendo o desenvolvimento motor.** 3ª ed. São Paulo. Editora Phorte, 2005. Cap. 1- 4, p.02-98.

MAGILL, Richard A. **Aprendizagem motora: conceitos e aplicações.** 5º ed. São Paulo-SP. Editora Blucher, 2000. 369 Pg.

MATTHIESEN, Sara Quenzer. **Atletismo se aprende na Escola.** Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2004.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999. (Núcleo de pesquisa, 1).

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais** /Peter Mittler; Trad. Windyza Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. /**Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva**. 2ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009 184 p.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

RODRIGUES, Maria. **Manual Teórico pratica pedagógica de educação física**. 6º edição. São Paulo Ícone, 1997.

SILVEIRA, Sérgio Roberto. **Aquisição de habilidades motoras na educação física escolar: um estudo das dicas de aprendizagem como conteúdo de ensino**. (Tese de Doutorado) 144 pg. Universidade de São Paulo escola de educação e esporte, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca, Espanha**, 1994.

VALENTINI, Nadia Cristina; BARBOSA, Marcus Levi Lopes; CINI, Gabriela Villwock; PICK, Rosiane Karini; SPSSATO, Barbara Coiro; BALBINOTT, Marcos Alencar Abaide. **Teste de Desenvolvimento Motor Grosso: validade e consistência interna para uma população gaúcha**. Revista Brasileira de Cieantropometria e Desempenho Humano. 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle>. Acesso em 22 de abril de 2020.